JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER

Foi nomeado, após realização de concurso, para o cargo de Consultor Jurídico no quadro dos Consultores Jurídicos e Advogados de Ofício da Consultoria Geral do Estado em 27/01/1967, ficando lotado na referida Consultoria Geral e integrando assim o Gabinete de Assessoramento Jurídico. Dois anos após passou a dar assistência jurídica ao Diretor do Departamento da Assistência Social da Secretaria do Estado dos Negócios do Trabalho e Habitação e assessorá-lo na instituição da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, FEBEM. No mesmo período passou a atender a Defesa Judicial do Estado. Em 1970 foi designado para atuar junto ao Tribunal de Justiça do Estado e constituir grupo de Trabalho para preparar um Projeto de Regimento da Consultoria Geral do Estado. No ano seguinte tornou-se Dirigente de Equipe na Unidade de Defesa Judicial da Consultoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul assumindo, alguns meses após, a função de Coordenador da referida Unidade. Constituiu, em caráter permanente, a Comissão Especial encarregada da “Revista da Consultoria Geral do Estado” que serviu de instrumento de divulgação do Órgão tendo presente a uniformização e unificação de jurisprudência administrativa do Estado. Participou em 1974 como Coordenador do Grupo-Tarefa cuja atividade-fim era a proposição de métodos para pesquisa orientada de legislação, jurisprudência e doutrina, bem como para a documentação das informações colhidas sendo, posteriormente, lotado no Instituto de Informática Jurídica e nomeado também para integrar o Conselho Superior da Consultoria-Geral do Estado. No ano seguinte coordenou o Curso de Informática Jurídica promovido pela Consultoria-Geral através do Instituto de Informática, em nível de extensão e especialização e integrou a Comissão Organizadora da Revista da Consultoria-Geral do Estado. Tornou-se Consultor-Geral do Estado, com mandato de 1975 a 1978, e foi-lhe delegada a competência para celebrar convênios disciplinando o intercâmbio de informações, publicações e outros serviços entre a Consultoria Geral do Estado e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e do Estado do Rio Grande do Norte. Em outubro de 1978, foi exonerado do cargo de Consultor Jurídico, em face de nomeação para o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada.